

## CONTRATO DE INDENIDADE

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA ABRANGÊNCIA

**1.1.** O presente Contrato tem por objeto estabelecer os termos e condições pelos quais o **BANCO DE BRASÍLIA S.A. – BRB** (“BRB”) se compromete a garantir o pagamento, reembolso ou adiantamento de recursos para cobrir despesas e perdas decorrentes de processos judiciais, arbitrais ou administrativos (“Processo”) que envolvam atos praticados pelo Senhor **Nelson Antônio de Souza,**

Presidente do BRB, doravante denominado “**INDENIZADO**” (cláusula quarta), no exercício regular de suas atribuições e poderes (“Ato Regular de Gestão”).

**1.2.** Este Contrato possui natureza **subsidiária e complementar** à apólice de seguro de responsabilidade civil de administradores (D&O – *Directors and Officers Liability Insurance*) contratada pelo BRB. Sua cobertura será acionada exclusivamente nas hipóteses de:

- a) Negativa formal e definitiva de cobertura, total ou parcial, pela seguradora responsável pela apólice do Seguro D&O;
- b) Exaurimento do limite da apólice do Seguro D&O; ou
- c) Situações expressamente não amparadas pela apólice do Seguro D&O vigente e previamente definidas pelo BRB.

**1.3.** Excepcionalmente, em situações de urgência e desde que devidamente justificado, poderá o **INDENIZADO** formalizar pedido de indenidade antes da manifestação da seguradora, ficando o Banco, no caso de deferimento, sub-rogado em todo e qualquer ressarcimento a que o **INDENIZADO** tenha direito.

**1.4.** Para os fins deste Contrato, considera-se **Ato Regular de Gestão** aquele praticado pelo **INDENIZADO** nos estritos limites de suas atribuições e poderes, de forma diligente, probo, de acordo com a boa-fé e visando ao interesse social do BRB, em conformidade com o Estatuto Social e as demais normas aplicáveis.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RISCOS COBERTOS E DESPESAS INDENIZÁVEIS

**2.1.** Desde que preenchidos os requisitos da Cláusula Primeira, o BRB se obriga a indenizar as seguintes despesas (“Despesas Indenizáveis”):

- a) Custas judiciais, despesas processuais, emolumentos, depósitos recursais e cauções;



00575920

- b) Honorários advocatícios, periciais, de assistentes técnicos e custos de arbitragem;
- c) Custos de investigação, defesa e recursos em qualquer instância;
- d) Indenizações por danos materiais ou morais, multas e penalidades de natureza cível ou administrativa, fixadas em decisão judicial, arbitral ou administrativa;
- e) Despesas com fianças e outras garantias exigidas no âmbito do Processo;
- f) Custos razoáveis com a contratação de pareceres jurídicos e assessoria de imagem.

**2.2.** Caso o Processo resulte na indisponibilidade ou bloqueio do patrimônio pessoal do **INDENIZADO**, o BRB poderá, mediante aprovação específica, adiantar valores a título de auxílio subsistência, em valor correspondente a até 100% (cem por cento) de sua remuneração mensal líquida, limitado ao montante efetivamente bloqueado.

**2.3.** Também poderá ser adiantado valores, mediante aprovação específica, para adimplemento de multas, cabendo o ressarcimento pelo **INDENIZADO**, caso posteriormente seja apurada a ocorrência de alguma das situações de exclusão da cobertura.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DA COBERTURA**

**3.1.** Não serão passíveis de indenização, em nenhuma hipótese, as despesas decorrentes de atos ou fatos que, após a devida apuração em decisão final e irrecorrível no Processo, sejam comprovadamente:

- a) Praticados com má-fé, dolo, culpa grave, fraude ou simulação;
- b) Realizados em benefício próprio ou de terceiros, em detrimento do interesse social do BRB;
- c) Praticados fora do exercício das atribuições e poderes do cargo ou função, ou em violação expressa da lei ou do Estatuto Social;
- d) Resultantes de condenação criminal transitada em julgado;
- e) Relacionados a Processos movidos pelo próprio BRB contra o **INDENIZADO**, nos termos do art. 159 da Lei nº 6.404/76.

**3.2.** A celebração de acordo ou transação pelo **INDENIZADO** no âmbito do Processo, sem a prévia e expressa anuência do BRB, acarretará a perda imediata do direito à indenidade.

### **CLÁUSULA QUARTA – DOS INDENIZADOS**

**4.1.** São elegíveis como **INDENIZADOS** deste Contrato:



00575920

- a) Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada;
  - b) Os membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e do Conselho Fiscal;
  - c) Os empregados do BRB que atuem por delegação formal e expressa dos administradores estatutários.
- 4.2.** A adesão a este Contrato é formalizada no ato de posse ou no início do exercício da função que torna a pessoa elegível.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DO LIMITE FINANCEIRO DA INDENIDADE**

**5.1.** O limite máximo global e anual de indenidade a ser concedido pelo BRB no âmbito deste Contrato corresponderá ao valor do limite da apólice de seguro D&O vigente, atualmente fixado em **R\$ 13.500.000,00 (treze milhões e quinhentos mil reais)**.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DO PROCEDIMENTO PARA PEDIDO DE INDENIDADE**

**6.1.** O **INDENIZADO** deverá comunicar formalmente ao BRB sobre a existência de qualquer Processo no prazo máximo de **03 (três) dias úteis** a contar da ciência inequívoca.

**6.2.** O acionamento da cobertura deste Contrato é condicionado à apresentação, pelo **INDENIZADO**, da negativa formal e definitiva de cobertura (total ou parcial) emitida pela seguradora da apólice D&O.

**6.3.** Após a negativa da seguradora, o **INDENIZADO** deverá submeter um Pedido de Indenidade formal ao BRB, instruído com todos os documentos pertinentes ao Processo e à recusa da seguradora.

**6.4.** O Pedido de Indenidade poderá, a critério do BRB e quando necessário, ser submetido à manifestação das áreas competentes, incluindo, mas não se limitando, às áreas Jurídica, de Corregedoria, de Auditoria Interna e de Gestão de Pessoas, as quais se manifestarão, no âmbito de suas atribuições, acerca do enquadramento do pleito às condições deste Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GOVERNANÇA E APROVAÇÃO**

**7.1.** A competência para deliberar sobre o Pedido de Indenidade é do **Conselho de Administração**.

**7.2.** Caso o Processo envolva a maioria dos membros do Conselho de Administração, a decisão sobre o Pedido de Indenidade será de competência de Terceiro Independente,



00575920

com reputação ilibada e conhecimento sobre o assunto, cuja decisão vinculará as partes.

**7.3.** Da decisão que negar o Pedido de Indenidade caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias, ao Conselho de Administração, condicionado a apresentação de novos fatos que não foram objeto de apreciação pela alçada.

## **CLÁUSULA OITAVA – DA OBRIGAÇÃO DE RESTITUIÇÃO (CLAWBACK)**

**8.1.** Caso, após o adiantamento ou pagamento de valores pelo BRB, sobrevenha decisão final e irrecorrível no Processo que reconheça que o ato praticado pelo **INDENIZADO** se enquadra em uma das hipóteses de exclusão da Cláusula Terceira, o **INDENIZADO** ficará obrigado a **restituir integralmente** todos os valores recebidos.

**8.2.** A restituição deverá ocorrer no prazo de **60 (sessenta) dias** a contar da notificação pelo BRB, com os valores devidamente corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

**8.3.** O **INDENIZADO** autoriza, desde já, o BRB a realizar o desconto dos valores devidos diretamente de sua remuneração, proventos, ou de quaisquer outros créditos que possua junto ao BRB, inclusive retidos, caso a restituição voluntária não ocorra no prazo estipulado.

## **CLÁUSULA NONA – DA SUB-ROGAÇÃO**

**9.1.** Ao efetuar qualquer pagamento ao **INDENIZADO**, o BRB ficará imediatamente **sub-rogado** em todos os direitos e ações que este possa ter contra terceiros, inclusive contra a seguradora da apólice D&O, para fins de ressarcimento dos valores despendidos.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO**

**10.1.** O presente Contrato vigorará a partir da data de sua assinatura, retroagindo os seus efeitos à data da aprovação da Política e do Contrato de Indenidade pelo Conselho de Administração, até a ocorrência dos eventos a seguir, o que acontecer por último:

**10.1.1.** final do 5º (quinto) ano após a data em que o **INDENIZADO** deixar, por qualquer motivo, de exercer a função/cargo;

**10.1.2.** o decurso do prazo necessário ao trânsito em julgado de qualquer Processo no qual o **INDENIZADO** seja parte em razão de Ato Regular de Gestão; e,

**10.1.3.** o decurso do prazo prescricional previsto em lei ou norma infralegal para os eventos que possam gerar as obrigações de indenidade.



00575920

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

**11.1.** O presente Contrato constitui **título executivo extrajudicial**, nos termos do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil.

**11.2.** O **INDENIZADO** e o BRB obrigam-se a manter sigilo e confidencialidade sobre a existência e os termos deste Contrato, bem como sobre todas as informações relativas aos Processos cobertos.

**11.3.** Este Contrato será rescindido de pleno direito, independentemente de notificação, caso o **INDENIZADO** descumpra qualquer de suas cláusulas, pratique ato que se enquadre nas hipóteses de exclusão, ou deixe o cargo em razão da prática de ato ilegal ou por justa causa.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

**12.1.** As partes elegem o foro da comarca judiciária de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente Contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brasília, 09 de abril de 2026

*Nelson Souza*

[Nelson Souza \(9 de abril de 2026 15:43:45 ADT\)](#)

Indenizado

**Nelson Antônio de Souza**  
**Presidente do BRB**

*Hellen Falcão*

[Hellen Falcão \(9 de abril de 2026 15:59:13 ADT\)](#)

Banco de Brasília S.A. – BRB  
**Hellen Falcão de Carvalho**  
**Diretora Jurídica do BRB**

### Testemunhas:

*Flávia C. R. Jubé de Castro*

[Flávia C. R. Jubé de Castro \(9 de abril de 2026 15:42:38 ADT\)](#)

Flávia C. Ramos Jubé de Castro  
**Gerente de Área**



Guilherme Thiele Soares  
**Secretário Executivo**



00575920